



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO DE PSICOLOGIA

SAMARA WERIÁ KUADY LUZ

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES INDÍGENAS INY

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Samara Weriá Kuady Luz

Violência doméstica contra mulheres indígenas Iny

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema, para obtenção do título de bacharel em Psicologia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Carolina Souza Pedreira.

Miracema do Tocantins, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

L979v Luz, Samara Weria Kuady.
Violência doméstica contra mulheres indígenas Yny. / Samara Weria
Kuady Luz. – Miracema, TO, 2023.
45 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2023.

Orientadora : Carolina Souza Pedreira

1. Psicologia. 2. Psicologia e Povos Indígenas. 3. Violência doméstica
contra mulheres indígenas. 4. Psicologia Social. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

SAMARA WERIÁ KUADY LUZ

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES INDÍGENAS INY

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Psicologia, foi avaliada para obtenção do título de Psicóloga e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Carolina Souza Pedreira, Orientadora, UFT.

Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa, Examinadora, UFT.

Profa. MSc. Franciana Di Fátima Cardoso, Examinadora, DPTO.

Diante de tantas violências dentro da aldeia, há mulheres indígenas com sonhos, com expectativas de uma vida sem opressão, que merecem ser tratadas com amor, respeito, cuidado, tendo suas vozes ouvidas e valorizadas. A elas dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Querida Nadi (Mãe), quero expressar minha sincera gratidão por todo o apoio e incentivo que você tem me dado desde o dia que saí da aldeia em busca de conhecimento e mais oportunidades, com apenas 16 anos tão longe de casa e de seus cuidados e mesmo assim se mantém presente todos os dias nos ciclos de minha vida, principalmente na minha vida acadêmica. Obrigada por tanto e pelos exemplos.

Agradeço imensamente aos meus avós (Jahi e Jabi) pelo cuidado e carinho, por me mostrarem que o amor não machuca. Que a empatia deve existir para todos, independente de suas crenças, etnias, cultura e religião, obrigada por terem me criado tão bem dentro da aldeia e me fazerem ter um orgulho imenso de ser indígena, obrigada por todo incentivo para focar nos estudos e por nunca duvidarem da minha capacidade de chegar até aqui.

Ao meu presente de Deus, Matteo Kuady, a descoberta da sua existência bem no final da graduação me despertou um sentimento de amor incondicional e me deu mais motivação para concluir esse trabalho, obrigada filho.

À minha orientadora Profa. Dra. Carolina Pedreira pelo respeito às diferenças de cultura, por ensinar e pelos sábios conselhos. Sua dedicação e acolhimento desde o projeto de pesquisa, a contribuição de seus conhecimentos fizeram grande diferença no resultado final deste trabalho.

Agradeço a Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa e a Profa. Ms. Franciana Di Fátima Cardoso por aceitarem o convite para compor a banca examinadora deste trabalho. Muito obrigada também pelos comentários desde a avaliação do projeto de pesquisa.

Ao meu namorado Otávio Lucena, que sempre esteve comigo dando seu apoio e por me mostrar que ser homem não é ser superior que mulher. Obrigada amor pelo companheirismo, pela amizade, por sempre acreditar em mim e por se manter presente todos os dias de uma forma saudável.

Ao Mairu Kuady pelas dicas e por sempre se manter disponível para tirar minhas dúvidas e por ser meu exemplo de pessoa desde pequenina, por ser tão determinado e dedicado nos estudos, obrigada por ser minha inspiração e agregar na minha trajetória acadêmica.

Minhas amigas, Cláudia Berixa, Bhruna Moraes, Karol Guimarães e Luana Ribeiro obrigada a todas por fazerem parte desse percurso da graduação e torná-lo tão leve para mim, agradeço pelas noites de filmes, conversas na sorveteria após as aulas, pelo acolhimento nas dificuldades dos trabalhos acadêmicos, por sempre se manterem presentes nos momentos

bons, mas também nos difíceis, durante esses cinco anos vocês foram mais que colegas e amigas, se tornaram minha família de Miracema.

À professora Dibexia Karajá que me acolheu em sua casa em Santa Isabel do Morro para poder realizar a pesquisa de campo e para todas as mulheres que contribuíram na construção desse trabalho através de suas falas nas entrevistas e na roda de conversa.

E ao Labé Karajá, coordenador do DSEI Araguaia, na colaboração do transporte na travessia para Aldeia Santa Isabel do Morro e por me convidar para as reuniões que se tratavam de pautas sobre a violências sofridas dentro do território indígena.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa as concepções das mulheres indígenas Iny (etnia Karajá), residentes na Ilha do Bananal, sobre a violência doméstica nas suas comunidades. Sob a ótica da Psicologia Social e apoiada na vivência da autora e em observação participante, a recolha de dados realizou-se através de uma roda de conversa com dez mulheres e diálogos informais. Os resultados apontam que o alcoolismo, o ciúme excessivo e a distorção de mitos e rituais tradicionais operam como fatores desencadeantes e legitimadores das agressões de gênero. Revelam também um forte desamparo institucional: a aplicação da Lei Maria da Penha é limitada pela ausência de fiscalização policial no território, por barreiras linguísticas e pelo racismo estrutural nos centros urbanos. Conclui-se que o combate a esta problemática exige o fortalecimento de coletivos de mulheres indígenas e a articulação de mecanismos legais de proteção que respeitem a identidade cultural do povo Iny.

Palavras-chave: Psicologia Social. Violência Doméstica. Mulheres Indígenas. Povo Iny Karajá.

ABSTRACT

This Final Course Project analyzes the conceptions of Iny indigenous women (Karajá ethnic group), residing on Bananal Island, regarding domestic violence in their communities. From the perspective of Social Psychology and reinforcing the author's experience and through participant observation, data collection was carried out through a conversation circle with ten women and informal dialogues. The results indicate that alcoholism, excessive jealousy, and the scarcity of traditional myths and rituals operate as triggering and legitimizing factors for gender-based aggression. It also reveals a strong institutional helplessness: the application of the Maria da Penha Law is limited by the absence of police oversight in the territory, by linguistic barriers, and by structural racism in urban centers. It is concluded that combating this problem requires the strengthening of indigenous women's collectives and the articulation of legal protection mechanisms that respect the cultural identity of the Iny people.

Keywords: Social Psychology. Domestic Violence. Indigenous Women. Iny Karajá People.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	O POVO INY	14
2.1	Informações sobre a Aldeia Santa Isabel do Morro, Tocantins	18
3	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER INDÍGENA, TERRITÓRIO E IMPACTOS DO COLONIALISMO.	21
4	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES INY: VIVÊNCIAS E REFLEXÕES	29
4.1	A roda de conversa	30
4.2	Impactos psicológicos da violência sobre mulheres Iny e o consumo de bebidas alcólicas	32
4.3	A carta de reivindicação	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS	42
	ANEXO.	44

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de curso busca identificar e analisar as concepções das mulheres indígenas Iny de uma aldeia Karajá localizada na Ilha do Bananal acerca da violência doméstica que ocorre dentro da comunidade. A pesquisa envolveu uma junção de trabalho de campo e das vivências da pesquisadora e foi analisada à luz de teorias da psicologia social e de materiais etnográficos, utilizando-se de referenciais bibliográficos produzidos preferencialmente por indígenas que têm refletido e produzido nessas áreas de conhecimento.

Como mulher indígena Iny e pesquisadora, é importante situar o contexto da escolha do tema. Durante minha trajetória no curso de Psicologia, venho mudando o meu olhar e tendo uma visão mais crítica entre sujeito e grupos sociais, principalmente dentro do meu território com o povo Karajá- Iny. Cresci na Aldeia Krehawa que fica no Município de Luciara, Mato Grosso. Desde minha infância, tenho observado as violências ocorridas dentro das aldeias, tanto dentro de casa como fora. A primeira vez que vi uma violência foi através de agressões verbais e tentativas de violência física entre minha mãe e meu padrasto, quando ela chegou a denunciá-lo, mas nada foi feito, os policiais diziam que não poderiam intervir sem a autorização do cacique. A segunda vez foi quando meu vizinho esfaqueou sua esposa nas costas, levaram ela para o hospital e nenhuma medida foi tomada, ela apenas saiu da aldeia e se separou dele, mas ele continuou impune e já havia agredido várias outras parceiras antes dela, todas tiveram que ir embora fugidas e nenhuma foi acolhida por alguém e por nenhuma instituição.

A terceira agressão que presenciei foi quando estupraram coletivamente uma amiga minha que era só uma adolescente, que por ser tão ingênua aceitou o convite de um amigo para passear à noite, ela foi levada ao mato e depois foi deixada desacordada, ela se isolou por uns dias e passei esses dias me questionando sobre como não era possível fazer algo para ajudá-la naquela situação e novamente nenhum dos agressores foi punido pelo ato, apesar de saberem e terem provas de quem eram os envolvidos .Uma outra vítima morava ao lado da minha casa e foi agredida diversas vezes pelo seu parceiro, ela mantinha o relacionamento, mas decidiu se separar no momento em que ele quebrou sua perna. Penso que ela nunca o denunciou por ver que a lei do branco não garantia a segurança de mulheres indígenas, talvez garantisse no papel, mas nunca chegaram dentro do nosso território nos questionando de como poderiam intervir diante dessas situações.

O tempo foi passando e as violências só foram se tornando mais graves. Uma prima

minha, que na época tinha a idade que tenho atualmente, brigava bastante com o marido dela e ela era agredida fisicamente e ninguém “metia a colher”. Certo dia o casal foi para praia fazer piquenique e lá eles brigaram e ele bateu na cabeça dela com uma panela de pressão e deixou ela lá desacordada. Ela chegou na aldeia chorando e ninguém deu a mínima além da mãe dela, outro dia ela estava com ele novamente e foram a praia mais uma vez, mas infelizmente dessa vez ela não voltou, foi achada morta com uma corda no pescoço amarrada na árvore e com várias sinais de agressões, foi feito a autópsia médico no corpo dela e foi comprovado de que ela não havia se suicidado, mas mesmo assim o agressor não foi preso, nem houve investigação e o caso não foi adiante. O agressor apenas mudou de aldeia e está seguindo a vida dele normalmente até hoje e reproduzindo as agressões com outras mulheres que ele se relaciona.

Passaram-se alguns anos e a mãe da vítima acima, em um momento de vulnerabilidade pelo estado de embriaguez, foi agredida e deixada caída na estrada da aldeia. Hoje ela tem problemas psicológicos, além de ser minha tia, ela foi minha professora no pré-escolar, infelizmente ela perdeu a filha, perdeu o emprego e perdeu a sanidade mental por causa das agressões sofridas e ninguém fez nada para ajudá-lá. Percebo que vamos nos tornando apenas números de mulheres que foram agredidas ou talvez nem somos enxergadas diante a sociedade, pois ninguém faz nada dando a desculpa de que faz parte da nossa cultura, mas como assim é cultura? Do patriarcado, de certo. Somos punidas só pelo fato de sermos mulheres, somos violentadas e todos se calam.

Com tudo isso que tem acontecido, na fase da minha adolescência comecei a me questionar quais seriam as maneiras de diminuir com essas violências. Eu sentia medo, mas ao mesmo tempo eu criava coragem pra ser umas das mulheres que poderia de algum modo colaborar nas mudanças que garantisse o bem estar das mulheres dentro para minha aldeia e nas aldeias vizinhas, onde os índices de violência são bem mais recorrentes e muito graves. Algo em comum entre os agressores é que nenhum responde pelos seus atos, mas creio que se nos organizarmos em grupos e falarmos sobre esses assuntos sem sentir medo e mostrar que estamos, sim, buscando por melhorias acredito que vamos ser ouvidas.

Venho aprendendo a enfrentar os meus medos graças as falas empoderadas da minha mãe, pois ela nunca abaixou a cabeça pra homem nenhum, inclusive foi a primeira mulher a ser cacique da aldeia. Muitos homens foram contra isso, pois estava fora do padrão e era visto como algo errado, mas ela sempre diz que mulher pode estar onde ela quiser, ela já enfrentou vários homens e muitas vezes foi ameaçada de agressão física, com passar do tempo ela conquistou o respeito dentro da aldeia. Porém é aqui que vejo o erro, porque o respeito não se

deve ser conquistado, é irônico que o homem já tenha o respeito a partir do momento em que nasce queria entender o porquê, fica aí um questionamento e uma parte da minha indignação. Minha mãe sempre foi muito sábia e continua buscando por pertencimento dentro do seu próprio território, ela sempre fala para mim e para meus irmãos que a gente deve buscar conhecimentos sobre todos os direitos dos brancos, estudar e levar informações para ajudar mulheres que vivem nesse contexto de violências, até mesmo tentar mudar isso. Assim, acreditamos muito que podemos ter voz e viver em conjunto, mudar o ambiente tão adoecedor e machista, torná-lo em um ambiente mais acolhedor para nós, mulheres indígenas.

Em 2020, foi criado um movimento que se chama “Coletivo de mulheres Iny Mahadu - Asiva”. Ele foi criado com o objetivo de promover fortalecimento e solidariedade entre as mulheres indígenas que foram vítimas ou conhecem alguém que já sofreu alguma violência. Esse grupo está presente na rede social *Whatsapp* e páginas de outras redes como o *Instagram*, *Facebook*, além de um canal no *Youtube*. Por meio dessas redes, são compartilhadas todas as informações que possam ajudar as mulheres de alguma forma. Recentemente, em maio de 2023, essa associação de Mulheres Iny participou de uma reunião na câmara municipal de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, para discutirem com as autoridades, líderes e anciãos, sobre as violências que têm ocorrido e sobre a impunidade diante de tantos casos em várias aldeias, principalmente com mulheres. Essa pauta também foi discutida em Palmas, na Procuradoria da República no Tocantins (MPF) junto ao Procurador-chefe, Dr. Álvaro Lotufo Manzano e demais autoridades e líderes de diversas aldeias.

As violências contra as mulheres indígenas têm ocorrido desde muitos anos dentro da aldeia Krehawa e nas aldeias vizinhas, em especial a aldeia Santa Isabel do Morro, mas só agora essas pautas estão sendo levadas para instâncias jurídicas do mundo dos brancos pelas mulheres indígenas que criaram um coletivo para que isso acontecesse, pois se depender dos homens ou brancos, estaríamos ainda no canto sendo deixadas pra depois. Nós, mulheres indígenas, estamos nos juntando e percebendo por meio dos estudos e vivências a importância de se unir e de levar informações que agregam no nosso bem estar, por isso é fundamental conhecer nossos direitos e trabalhar com essas pautas coletivamente.

O trabalho de campo foi realizado no território que fica na ilha do Bananal do Tocantins, um território que tem diversas aldeias sendo a maior delas a Aldeia Santa Isabel do Morro. Inicialmente, estava prevista a realização de uma roda de conversa, participação em reuniões e realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres previamente contactadas por redes sociais e presencialmente. Contudo, as entrevistas semiestruturadas não foram realizadas durante essa pesquisa, apenas conversas informais com mulheres após sua

participação em de uma roda de conversa conduzida por mim. Um dos motivos da não realização das entrevistas foi a morosidade burocrática para a autorização de pesquisa em território indígena que deve ser aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) via Fundação Nacional do Índio (FUNAI) mesmo para pesquisadores indígenas. Sem o documento de autorização, não foi possível submeter o projeto à avaliação do Comitê de Ética (CEP-UFT) para resguardar o processo de coleta de dados. Contudo, mantivemos a realização da roda de conversa e parte desse trabalho é derivado dessa atividade, descrita e analisada no capítulo 3.

Essa decisão se justifica pois a roda de conversa já havia sido pactuada com a coordenadora local do DSEI, com as lideranças da aldeia e autorizada pela coordenação local da FUNAI desde agosto. As coordenações locais não apenas autorizaram a atividade, como foram de grande importância na logística. Pela expectativa gerada por sua realização junto às mulheres da aldeia no grupo do *WhatsApp*, decidimos por manter a roda de conversa. As entrevistas que seriam feitas na mesma época acabaram se configurando como conversas breves e informais devido ao luto coletivo pela morte de um dos membros da comunidade. Faço um relato dos acontecimentos para maior entendimento das complexidades envolvidas no capítulo 3 e retomo outros desafios nas Considerações Finais.

Por se tratar de um tema muito delicado e devido aos entraves éticos, todas as identidades das participantes da roda foram resguardadas. Optamos por manter uma descrição genérica, fazendo referência às "mulheres Iny" no plural e por não transcrever neste trabalho as histórias e experiências de violência vividas e relatadas por ela como forma de resguardar suas identidades.

Sobre a estrutura do TCC, no capítulo 1, fiz um apanhado sobre o território Karajá focado na caracterização do povo Iny. Neste capítulo também, apontei alguns conflitos que existem dentro do território, com o intuito de investigar possíveis causas que acabam agravando os acontecimentos frequentes da violência doméstica, quais são os conflitos internos que existem dentro da comunidade que acabam de algum modo colaborando nessas violências contra a mulher. No capítulo 2, faço uma análise sobre a relação dos povos indígenas com os não indígenas pautada pelo colonialismo, a violência de forma mais ampla contra o povos indígenas para entender os processos que conduzem à violência contra as mulheres indígenas. É um capítulo baseado em algumas reflexões teóricas e nas minhas vivências como mulher indígena. No capítulo 3, conforme descrito acima, faço um relato das atividades que envolveram a pesquisa e as conversas com as mulheres indígenas da Aldeia Santa Isabel. A escrita deste capítulo segue a inspiração etnográfica da observação

participante. Entende-se como etnografia muito mais do que uma mera coleta de dados, mas uma exploração de concepções, perspectivas e práticas com a intenção de compor um quadro de múltiplos planos a respeito do que se vive como mulher indígena Iny. Isso se refere tanto às experiências de campo e diálogo com aquelas vivenciam daquilo aspectos da cultura, quanto a um modo de teorização. Pois, seguindo Goldman (2006), aquilo que em termos etnográficos designa-se “descrição”, se passa, desde o início, não apenas por uma operação metodológica ou um exercício de escrita, pelos pontos de contato e pelos contrastes entre os pontos de vista da pesquisadora e de suas interlocutoras nas dinâmicas do campo.

Por fim, este trabalho foi pensado em memória das pessoas que amo e que tiveram suas vozes caladas e vidas interrompidas. Por meio dele quero dar início ao trabalho com meu povo. Nós, mulheres indígenas, estamos sentindo sede de mudança e justiça, pois desde a colonização vivemos um impedimento da liberdade e do respeito que merecemos, estamos sempre sendo deixadas pra depois, mas estamos cansadas de assistir o mesmo final, cansadas de ver mulheres sendo mortas e tendo seus direitos violados só por serem mulheres. Ete trabalho é um pedido de amparo feito por uma mulher indígena Iny com um olhar de muitas mulheres indígenas Iny buscando por respeito e segurança. Só vamos parar quando vemos resultados, chega de agressões fora e dentro do território indígena, vamos agir e para de ficar só olhando e escutar - “Não se mete a colher entre briga de marido e mulher”, devemos sim intervir nessas situações.

2 O POVO INY

A história narrada do nosso povo Iny, conhecido entre os não indígenas como Karajá, é que surgimos do fundo do rio Araguaia (*Berawouludu*). Segundo relatos do próprio povo e das pessoas mais velhos/as, nas profundezas do rio não existia a beleza deste mundo, lá era frio e sombrio, não tinha sol e nem lua, e os seres viviam eternamente, pois não existia morte. Ao descobrirem esse mundo externo, resolveram aqui viver. Os mais velhos da aldeia afirmam que esse povo, quando saiu à superfície da terra, estava na região Norte do Brasil.

De acordo com Toral (1992), todos os grupos Karajá vieram do Norte. O seu movimento na superfície em que vivem, desde que miticamente saíram das profundezas, é descrito como sendo continuamente orientado para o “alto”, *ibòò-ò*, isto é, para o sul, para o alto curso do rio. Os mais velhos contam, ainda, que aqueles que conseguiram sair em seguida fizeram a cerimônia de *ijaso aruanã*, os rituais de preparação dos espíritos para a proteção e harmonia, como é o costume da cultura do povo Iny Karajá. Esses rituais são realizados até hoje, quando todos se pintam e colocam os enfeites e adornos para jovens e crianças. Desde esse surgimento primordial, seguimos nossa cultura e respeitamos de onde viemos.

Antes do contato com *tori* (homem branco), os Karajá se autodenominavam Iny e ainda hoje mantém essa denominação. Nos consideramos um povo pacífico mas também guerreiro, diante de tudo que passamos frente aos invasores desejosos de tomar nossa terra. Continuamos convivendo na margem do Rio Araguaia desde o surgimento de nossos ancestrais nesta superfície. Nossa luta pela preservação do espaço de nosso território sempre foi constante. (KARAJÁ, 2015, p. 19).

O povo Karajá é bastante conhecido por sua cultura material, o que muitas pessoas chamam de artesanato, mas que é algo mais complexo do que esse nome pode significar, pois está intimamente relacionada aos mitos e à divisão social. Essa cultura material envolve desde a pintura corporal até técnicas de construção de casas, tecelagem, adornos plumários, artefatos de palha, madeira, minerais, concha, cabaça e cerâmica, como as famosas bonecas Ritxoko, que são figuras de cerâmica confeccionadas pelas mulheres, as quais representam tanto a forma humana e seus ciclos de vida quanto elementos da fauna e do sobrenatural. Em 2012, as bonecas Ritxoko foram reconhecidas como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Segundo Torres (2011), os Karajá habitam tradicionalmente o vale do rio Araguaia, numa área de abrangência que atinge os Estados de Mato Grosso, Tocantins, Goiás e Pará. Eles se subdividem entre os Xambioá, os Javaé e os Karajá propriamente ditos que se autodenominam como Iny, que significa “nós”, “a gente”. Com exceção dos Xambioá, seu

território compreende a Terra Indígena Inãwébohona, na Ilha do Bananal, área habitada também pelos Āwa (mais conhecidos como Avá-Canoeiro) e homologada em 2006. Na divisão formal linguística, a família Karajá, pertencente ao tronco Macro-Jê, o qual se divide em três línguas que seguem a divisão dos povos: Karajá, Javaé e Xambioá. Cada um desses três povos tem formas específicas de falar que variam de com o sexo do falante, se mulher ou homem. O longo histórico de longa convivência dos Karajá com a Sociedade Nacional, ou seja, os não indígenas, fez com que o português se tornasse a língua principal em algumas aldeias¹¹.

A região do vale do Araguaia possui um componente ambiental que é uma vegetação natural que possibilita boa pastagem. Nas décadas de 1920 a 1960, o então Serviço de Proteção do Índio (SPI), órgão precursor da FUNAI, introduziu a criação de gado bovino em algumas aldeias, o que fez com que a ilha do Bananal fosse um local propício para a criação de gado para as fazendas vizinhas no tempo de seca, chegando ao ponto que, em 1969, a própria FUNAI, recém-criada, instituiu uma cobrança de taxa pelo uso das pastagens. O ato da FUNAI contribuiu para legitimar indevidamente a invasão do Parque Nacional do Araguaia e do Parque Indígena do Araguaia, fazendo com que o número de invasões aumentasse consideravelmente, atingindo seu auge nos anos 1980.

Apesar do clima hostil e da resistência de não-índios em diversos lugares da Ilha do Bananal, agentes da FUNAI e de outros órgãos públicos promoveram a evacuação completa da Terra Indígena Parque do Araguaia durante a estação seca de 2008, removendo todos os ocupantes não-índios e respectivos rebanhos e demolindo os “retiros” utilizados como abrigo. No início de 2009, toda a Ilha do Bananal estava ocupada apenas pelos Javaé e Karajá, embora ainda fosse sistematicamente invadida por pescadores profissionais. Portanto, em 2009, pela primeira vez desde a década de 1930, toda a Ilha do Bananal esteve livre dos criadores de gado e seus rebanhos. (RODRIGUES, *online*).

Segundo Torres (2011), esse intenso processo de contato com a sociedade envolvente fez com que os Karajá da Ilha fossem cada vez mais se tornando vulneráveis às doenças dos não indígenas. Dentre as doenças, destacam-se, principalmente, a tuberculose, a subnutrição, seguidas de alcoolismo. Outro processo que surge nesse contexto é a prostituição, a qual trouxe, mais recentemente, um grande aumento no número de pessoas com infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Há algum tempo, o alcoolismo constitui-se como um dos problemas centrais em muitas aldeias Iny, contribuindo para o aumento dos casos de prostituição, violência intra-familiar, assim como o preconceito por parte da sociedade envolvente.

¹ Dados colhidos do Atlas dos Povos Indígenas no Brasil produzido pelo Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karaj%C3%A1>

Dentre as relações sociais, as famílias se constroem da seguinte forma: no contexto indígena são realizados os casamentos tradicionais, nos quais os pais escolhem o noivo para a moça. O casamento colabora na posição social da pessoa, então a escolha deve ser feita de uma maneira bem sábia, sendo que geralmente esses arranjos são feitos entre famílias com os primos de segundo grau ou moradores da mesma aldeia. Existem três modalidades de casamento karajá: o *Harabié*, o *Koté* e *Ixidiroté*, sendo que o mais prestigiado é o *Harabié*. Esse casamento é formado pelas famílias dos noivos e geralmente é a mãe da noiva que toma a iniciativa para fazer o acordo de núpcias. Ele é realizado na aldeia com uma cerimônia adequada sem que haja o namoro. Para o povo Iny, o *Harabié* significa “casamento firme”. (TORRES, 2011, p. 143).

Todos os rituais têm o seu significado e neles há igualdade na participação de *brotyre*, que se refere a partilha e divisão de objetos ou comida. Mas antes de falar de *brotyre*, vou citar um dos principais rituais do povo Iny, a Festa de *Hetohoky*, que se refere à passagem do menino para fase adolescente (*jyre*), o ritual de iniciação masculina, no qual as mulheres são responsáveis pela preparação de comida e enfeites do menino *jyre*, que é o dono da festa, e pela entrega dos *brotyre*.

Há também a festa do ritual da primeira menstruação da moça, que marca a passagem da fase de menina para mulher, conhecido como *Ijadokoma*, um período em que a menina fica reclusa e depois de uma semana se deve comunicar à comunidade de que a menina já é moça, momento em que se deve fazer um corte de cabelo para simbolizar de que ela é virgem, sendo que esse corte é um topetinho no meio da cabeça. Outro ritual importante se refere à celebração da primeira alimentação sólida da criança que é filho ou filha primogênito/a, conhecido como *Kuladu Byrena*. Nessa festa, o casal e a família celebram a fase da introdução alimentar da criança. Como dito acima, no ritual da festa do casamento Iny, os pais têm que escolher o noivo para a moça. O ritual consiste em um casamento arranjado e se houver traição dentro do casamento a pessoa é punida pela família da pessoa que foi traída.

É importante ressaltar que o contato com a sociedade não indígena - que é sempre violento, seja uma violência física e visível, como a violência do etnocídio² - fez com que a sociedade indígena fosse mudando sua percepção sobre seus costumes. Em relação ao

² O termo etnocídio é usado aqui como referência ao conceito estabelecido por Pierre Clastres em seu texto “Do Etnocídio”. O conceito de etnocídio, diferente do do genocídio, diz respeito não à morte física de um grupo de pessoas, mas para a destruição de sua cultura, seu modo de vida. De acordo com Clastres: “O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito.” (CLASTRES, 2004, p. 83). A prática etnocida tem uma relação direta com o etnocentrismo: a crença de que há culturas superiores e outras inferiores e a afirmação da superioridade de sua própria cultura.

brotyre, por exemplo, antigamente os presentes para *brotyre* eram como canoas, remos, miçangas de colar, *myrani* e até mesmo alimentos como tartaruga grande, piroasca entre outros para simbolizar a cultura Iny. Nos dias de hoje, com a convivência do não indígena, geralmente os tios e as tias fazem *brotyre* para ganhar alguns objetos valiosos como por exemplo: geladeira, televisão, celular, bicicleta, motor de rabeta e entres outros. No entanto, para ganhar esse objeto valioso os tios ou as tias precisam fazer *brotyre* com condições em que precisam cortar cabelo bem curto no caso da mulher que é tia e se pintar bem escuro com tinta de jenipapo para ficar igualzinho o menino *gyre*; se for tios tem que raspar cabelo e pintar o corpo todo igual o menino *gyre* o dono da festa e ficar uma semana ou duas semana com a cor escura de tinta de jenipapo, que se significa a pintura de *gyre*. Essas são as regras para ganhar presente e também demonstrar respeito, carinho e amor pelo seu sobrinho. Ressaltando que os tios e tias são os únicos escolhidos para fazer *brotyre* pelo fato de serem considerados a segunda pessoa além dos pais que tem o maior cuidado e vínculo com filho do casal, dessa forma sendo merecedores de qualquer objeto valioso pedido através do *brotyre*. Na visão dos brancos, eles seriam como padrinhos e madrinhas.

Existem mitos e rituais entre o povo Iny que podem ser considerados machistas do ponto de vista do não indígena. Algumas dessas práticas tiveram sua base mítica fragilizada após o contato com o não indígena, mas outras permanecem fundadas na cultura e, algumas vezes, acabam justificando as violências contra as mulheres como algo disciplinador. Cito como exemplo o fato de as mulheres não poderem entrar na Casa de Aruanã, que é a casa dos homens, local onde é decidido como serão feitos os rituais. Caso a mulher entre, ela pode ser punida até mesmo com um estupro coletivo, com a justificativa de que viu algo que é proibido para mulheres. Nesses casos, a família não pode sequer apelar, pois essa é considerada uma espécie de lei, para usar o termo não indígena, dentro da aldeia. Observo que dentro dos rituais, há uma divisão acerca das participações de homens e mulheres, porém as punições quando há quebra das regras dessas divisões recaem apenas para as mulheres. Essas e outras situações e regras, me fizeram refletir acerca da necessidade de se pensar a violência de gênero, em especial a violência contra a mulher no âmbito doméstico no contexto das aldeias, um tema que ainda é pouco debatido nas pesquisas brasileiras (TORRES, 2011) e que pode, sem dúvida, ser considerado um tabu para uma mulher indígena, mas que precisa ser enfrentado desde dentro.



As imagens ilustram parte da festa de *Hetohoky*, a qual marca a passagem de menino para fase adolescente (*jyre*).

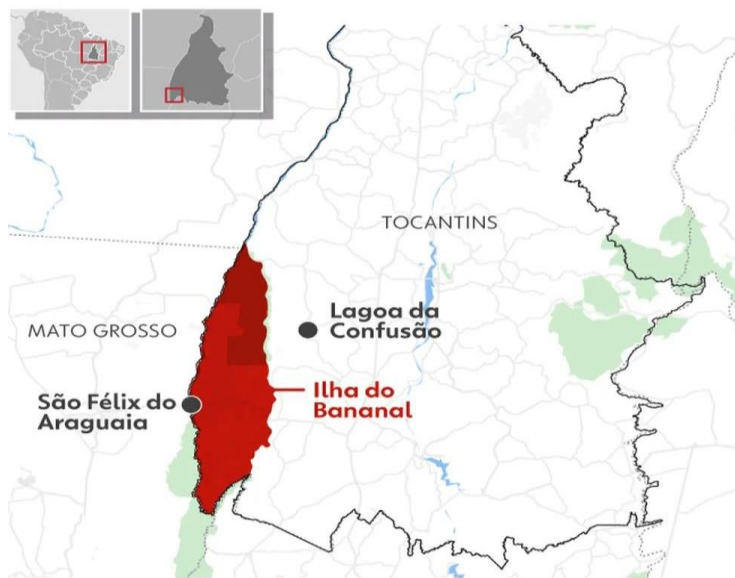


Registro do meu ritual de introdução alimentar e minha foto no ritual de *Ijadokoma* em 2012.

2.1 Informações sobre a Aldeia Santa Isabel do Morro, Tocantins

O território Karajá, nos dias de hoje, se estende pela região do vale do Araguaia e compreende os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará e se concentra principalmente no Parque Indígena da Ilha do Bananal, no Tocantins. A aldeia Santa Isabel do Morro (*Hawaló*) é uma aldeia Iny Karajá que se encontra localizada na Ilha do Bananal, no extremo sudoeste do Estado do Tocantins, a 780,8 km de distância do município de Lagoa da Confusão (TO). A aldeia fica situada na margem direita do Rio Araguaia, a 4 km da cidade de São Félix do Araguaia (MT), que fica localizada logo na outra margem do rio e de onde, para chegar à aldeia, leva-se cerca de minutos de voadeira, um pequeno barco a motor. A aldeia conta com uma população de cerca de oitocentos indígenas, sendo uma das maiores aldeias Karajá na Ilha do Bananal. Por sua proximidade à cidade de São Félix e sendo uma região turística, o contato com a população não indígena é intenso. Contudo, é uma aldeia de grande

referência tradicional para o povo Karajá, na qual vivem conhecidos anciãos que mantêm os rituais mais importantes dos Iny.



Localização da Ilha do Bananal no Estado do Tocantins.

Fonte: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/01/06/cerca-de-70-indigenas-testam-positivo-para-covid-e-m-aldeia-da-ilha-do-bananal.ghtml>





Localização da aldeia Santa Isabel na Ilha do Bananal. Imagens geradas via Google Maps.

As relações sociais dentro da aldeia são bastante significativas. Os líderes de cada aldeia participam de todas as reuniões sobre pautas do que deve ser levado para fora e o que pode entrar dentro da aldeia, além de realizar a ponte entre a aldeia e as instituições da sociedade envolvente. No que tange à saúde, a Aldeia Santa Isabel do Morro é atendida pelo Pólo Base de São Félix do Araguaia Atualmente, que faz parte do Distrito Sanitário Especial Indígena do Araguaia (DSEI-Araguaia), um dos 34 distritos criados pela FUNASA, em 1999 e que respondem pela atenção à saúde dos povos indígenas do país, hoje coordenada pela Secretaria de Saúde Indígena (SESAI). Dentro da aldeia há também uma escola estadual chamada Maluá e uma creche sob administração do município de Lagoa da Confusão, inaugurada em fevereiro de 2023³³. Sobre todas as demandas que estão relacionadas a essas e outras instituições, os líderes e a comunidade devem fazer votações na comunidade, pois estão cientes do que acontece em todos os aspectos da aldeia. Atualmente, as lideranças da aldeia são o cacique Tuila Silva Karajá e o vice-cacique e presidente da associação Acisim da Aldeia Santa Isabel do Morro, Kawina Karajá.

³³ “Creche Indígena da Aldeia Santa Isabel do Morro é inaugurada”: <https://www.lagoadaconfusao.to.gov.br/noticia/creche-indigena-da-aldeia-santa-isabel-do-morro-e-inaugurada>.

3 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER INDÍGENA, TERRITÓRIO E IMPACTOS DO COLONIALISMO

A violência contra as mulheres pode ser definida de acordo com o conceito presente no Artigo 1º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, realizada em 1994, como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado” (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015). Esse tema de grande urgência ganhou visibilidade a partir da década de 1990. Desde 2005, a violência contra as mulheres é considerada como uma questão de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde. Sabe-se que, no Brasil e no mundo, essa violência é uma das principais causas de morbidade e mortalidade feminina (BRASIL, 2016).

Esse tipo de violência pode se dar em qualquer espaço, mas o conceito de violência doméstica se restringe ao ambiente doméstico privado e se caracteriza pela violência impetrada por membros de um grupo que convivam permanentemente ou esporadicamente no espaço doméstico (NARVAZ & KOLLER, 2006). A violência doméstica pode ser entendida a partir de olhares para múltiplos fatores, mas é certo que possuem um importante viés social e econômico.

No Brasil, instituiu-se, em 2006, a Lei Maria da Penha (LMP), que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher. Sua construção foi possível a partir do engajamento do Estado brasileiro no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos das mulheres (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015). A violência contra a mulher se faz presente dentro de muitos lares - e também fora deles - se apresentando de formas variadas. Muitos fatores, como os econômicos, sociais, culturais e históricos, perpassam a situação de violência. Além disso, a configuração social no contexto brasileiro, foi construída sob o prisma do capitalismo, do patriarcado e do machismo ainda presente nos dias atuais.

A Lei Maria da Penha recebeu esse nome em homenagem à biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher que, após ter sofrido duas tentativas de homicídio por seu marido, lutou para a criação de uma lei que contribuísse para a diminuição da violência doméstica e familiar contra a mulher. Entretanto, em 7 de agosto de 2006, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei n. 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Portanto, a lei estabelece que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime, deve ser apurado através de inquérito policial e ser remetido ao Ministério Público. (SANTOS, F. J. K. et al. 2023, p. 1)

Dentro da LMP estão previstos cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a

mulher na Lei Maria da Penha: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial – Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V. (BRASIL, 2006.)

- I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal ;
- II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

É indubitável que as formas de violência contra a mulher se constituíram a partir das formas de relação patriarcais nas quais o corpo e a vida da mulher são considerados objetos de domínio masculino. À vista disso, tem-se como expressão máxima da violência contra a mulher o feminicídio, definido como o assassinato de uma mulher em decorrência do seu gênero. Segundo um estudo realizado por Meneghel et al. (2020),

Fatores que aumentam os feminicídios estão associados à cultura patriarcal, ao culto de uma virilidade agressiva e machista e ao padrão de resolução de conflitos violento e privado. Os feminicídios, assim como os homicídios masculinos, são territorialmente concentrados, e observou-se que as mortes femininas por agressão são maiores em locais em que as mortes masculinas também são elevadas, onde há conflitos associados ao tráfico, grilagem de terras e violência estrutural. (MENEGHEL et al., 2020, p. 494)

O território habitado por determinada comunidade também exerce influência na ocorrência de violências. Diante disso, é importante resgatar as vozes das mulheres indígenas para a discussão, uma vez que elas são atravessadas pelos marcadores sociais de gênero e etnia e sujeitas às múltiplas formas de violências. Apesar dos avanços no que diz respeito aos direitos fundamentais da mulher e a promulgação da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), há de se considerar as especificidades da mulher indígena no debate de violência contra a mulher.

Isto posto, ressalta-se, a princípio, o direito à autodeterminação assegurado pela

Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Povos indígenas Segundo Coelho e Bispo (2020)

A organização das nações Unidas (ONU) separa o direito à autodeterminação em duas partes. São elas a saber: 1) a autodeterminação interna, que compreende o direito de se autogovernar e de preservar a sua identidade cultural e linguística; e 2) a autodeterminação externa que diz respeito à garantia de não sofrer dominação estrangeira. (COELHO e BISPO, 2020, p.130)

À vista disso, faz-se necessário compreender quais os limites da autodeterminação nas aldeias nas quais ocorrem situações de violência contra a mulher.

Vimos sofrendo muito abuso, tanto de expulsar nossos antepassados da terra, como também estupraram nossos parentes e antepassados. Com isso, veio surgindo um medo muito grande. Uma fobia de tudo. Não só do fazendeiro como do homem branco. [...] Tem muita depressão, ansiedade dentro da comunidade. Não só na minha, como várias outras etnias que, se não é pelo fazendeiro, genocídio, é pela igreja que tem medo de tudo (MATA, 2016, p. 79).

As mulheres indígenas têm sofrido com várias violências desde a colonização. Atualmente, pode-se observar que o racismo, a violência sexual, a violência doméstica, a violência intrafamiliar, a violência institucional e a falta de visibilidade ainda se encontram muito presentes na vida de mulheres indígenas Iny e muitas delas acabam buscando o acolhimento dentro das igrejas e outras instituições de cunho religioso, pois se sentem mais amparadas pela religião do homem branco. Porém, dentro das igrejas, nos casos de violências doméstica, na maioria das vezes não existe de fato o acolhimento para essas mulheres, e sim orientações que são recebidas de que se deve perdoar o companheiro e orar pela família, pois essas ocorrências podem ser coisas do “inimigo”, pois sempre haverá conflitos familiares.

As políticas públicas para as mulheres, alcançadas a partir da luta do movimento social feminista em suas diferentes apresentações e designações, em especial desde a década de 1970 e 1980, trouxe vários avanços que garantem os direitos das mulheres. Ainda que o feminismo seja para todos, dentro da comunidade indígena é um assunto pouco conhecido, poderia até ser afirmado que não existe o feminismo indígena, é algo que está fora da realidade das mulheres Iny pela perspectiva delas mesmas. As mulheres indígenas estão sempre na luta para que sejam ouvidas e respeitadas, essa luta vale tanto para as mulheres como para os homens, é uma luta coletiva em busca do respeito e da garantia das nossas identidades e direitos.

Quando pessoas de fora chegam questionando algumas mulheres Iny sobre o feminismo, muitas delas se dizem não ser, outras dizem que se deve ter o equilíbrio para não afetar na cultura dos Iny, pois as tradições passadas desde muitas gerações devem ser

mantidas como uma forma de respeito e para não perdermos nossa identidades. Esse posicionamento é um modo de conciliar o mundo branco e o mundo indígena, considerando o contato há muito estabelecido com a Sociedade Nacional. Esse posicionamento de respeitar a cultura não deve ser visto como forma de submissão, pois as mulheres indígenas estão sempre em luta:

Acompanhando e tensionando o encontro nas fronteiras, mulheres indígenas em toda América Latina têm igualmente participado de debates sobre a violência doméstica, as dificuldades em sua participação pública-política, as desigualdades de gênero em suas organizações, comunidades e famílias. De maneira representativa, são porta-vozes dos riscos à sobrevivência de sua identidade cultural e sociedades, bem como do reconhecimento dos papéis que desempenham. (CARVALHO e RODRIGUEZ, 2018, p. 2)

É verdade que poderia haver mais falas ou movimentos de mulheres indígenas que pudessem fortalecer essa luta junto com a política feminista, mas olhando pelo ponto de vista de mulheres indígenas, podemos observar que elas se sentem na obrigação de servir o homem como uma forma de respeito e amor. Por exemplo, se o rapaz que nunca casou e mora dentro da casa da mãe ele deve ser servido pela mãe, pelas irmãs e tias, depois que o rapaz sai de casa pra casar, ele deve ser servido por sua esposa e sua sogra, pois o homem tem outros deveres que não sejam dentro de casa e assim vai passando de geração a geração, como sinônimo de cultura, amor e respeito. Essas especificidades, em geral, não são consideradas dentro do feminismo dito como “hegemônico”:

Sobre as feministas hegemônicas, as lutas feministas foram construídas considerando o conceito ‘mulher’ como universal, como se todas as mulheres fossem brancas, tivessem as mesmas necessidades e sofressem as mesmas opressões. Assim, as mulheres que não se encaixavam nas descrições do que se concebia como ‘mulher’ não eram vistas ou eram vistas como era conveniente para o sistema eurocêntrico. As mulheres colonizadas tinham status muito diferentes das mulheres brancas, antes e depois da colonização [...] as feministas brancas viam uma ligação de todas as mulheres pelo gênero, que eliminava a necessidade de compreender também a categoria raça. No entanto, as mulheres colonizadas e não-brancas tinham representações sociais específicas que não cabiam no conceito de mulher dos feminismos hegemônicos. (DIAS, 2014, p. 11).

Uma diferença importante está na forma de verbalizar a própria língua Iny, pois para formular as mesmas palavras, o homem deve usar algumas vogais e consoantes enquanto a mulher, outras. Dentro do território indígena Iny existe a divisão do mundo entre o homem e a mulher, não existe a condição da “igualdade”, pois como havia mencionado, isso acabaria impactando nas tradições. Dentro de todas as comunidades Iny, existe a famosa casa dos homens e tudo que ocorre lá dentro ou é falado entre os homens, a mulher não deve saber. Conforme dito anteriormente, caso isso aconteça ela é punida de acordo as leis criadas dentro

daquela comunidade e acaba sendo vista como uma mulher que não merece ser respeitada. Essas leis tradicionais são chamadas na literatura jurídica de “direito consuetudinário” ou “costumeiro”, o qual corresponde a um conjunto de normas sociais tradicionais criadas pelo povo que não necessariamente estão escritas ou codificadas (CURI, 2012, p. 231). Esse direito costumeiro muitas vezes entra em choque com o direito do não indígena estabelecido pelo Estado.

Outro ponto importante sobre a violência doméstica e o feminismo é que, infelizmente, muitas vezes, quando a mulher é vista sendo agredida pelo esposo, não é socorrida por ninguém, as outras pessoas vêem aquilo como uma forma de que ela tenha feito algo para estar naquela situação. Além disso, algumas vezes o parceiro da mulher ameaça qualquer pessoa que possa tentar ajudá-la. Um fato comum e chocante de se ver é que as famílias dos agressores ficam do lado do agressor e caso a família da mulher entre para defender a vítima, automaticamente se torna em uma briga familiar ou, em outros casos, a mulher é agredida verbalmente ou fisicamente pelas irmãs do homem, caso ela tome alguma atitude para se defender.

A violência doméstica advém de uma cultura colonialista e patriarcal e vem acontecendo com frequência no território indígena, mas esse fato não a torna parte da cultura indígena, como muitos pensam. Além de ser uma herança do contato interétnico entre brancos e indígenas, o fato de acontecer com frequência também se relaciona à falta de intervenção por parte dos policiais no momento em que acontecem essas violências dentro da aldeia, pois é preciso esperar o retorno do cacique para que eles possam entrar dentro da comunidade. As leis que garantem os direitos de todas as mulheres só funcionam dentro da cidade e mesmo as mulheres indígenas que estão em contextos urbanos conseguem acessar seus direitos e a proteção, pois nem todas têm fluência na língua portuguesa e, somado ao racismo, elas acabam não sendo ouvidas ou não têm coragem de denunciar com medo de viver desamparadas dentro da cidade.

Os conflitos internos mais presentes dentro do território dos Iny são violência doméstica, feminicídio, estupros, alcoolismo, uso de drogas, tabagismo em idade precoce e suicídios. Por essas e várias questões, os profissionais da saúde procuram fazer palestras, mas acabam não tendo os resultados esperados, pois os conhecimentos são distantes dos saberes da aldeia. Dentro da comunidade Iny existem várias formas de se viver, o mais comum de se ver é que muitos indígenas acreditam mais que possam ser curados pelos pajés, então antes de irem ao médico dentro da cidade eles procuram os pajés com a esperança de se curar e não ser necessário ir buscar ajuda na área urbana, por causa das doenças físicas ou emocionais.

Contudo, alguns se veem diante da necessidade de também acessar a medicina do não indígena, o que traz vários conflitos internos, nos quais muitas vezes os pajés são culpados pelos problemas.

Sabemos que os territórios indígenas são importantes para garantir seu modo de vida, suas culturas, identidades, a saúde e a educação de acordo com suas vivências e tradições que no mundo do não indígena possa ser considerado diferente. Cada povo tem sua cultura e sua forma de viver, então é de suma importância garantir a cada povo indígena que tenham seus espaços e se sintam pertencentes a um país que é indígena, que formem suas famílias e que mantenham suas línguas maternas, sua cultura e tradições, de uma forma saudável para todos.

A garantia do território. Então a pauta nossa pelo território é uma pauta comum para mulheres e homens. Então é só garantindo o território é que a gente consegue se manter enquanto povo, enquanto indígena. Se a gente não tem território, daí não tem saúde, não tem educação. Não tem nada mais, né? Então é preciso que a gente continue junto nessa luta pelo território. E aí é claro, paralelo a isso, vem todas essas discussões e essas pautas que também são urgentes, que são esses direitos às especificidades das mulheres (DUTRA e MAYORGA, 2019, p. 121)

Diante de tantas dificuldades no meio da sociedade não indígena com autoridades, gestores e políticos que tendem a não favorecer nossos direitos, pode-se perceber que ainda há muita luta pela frente e a principal luta ainda hoje é pela conquista das nossas próprias terras para que assim possamos garantir a educação, saúde e o bem estar para nosso povo. Estamos lutando pelos nossos direitos básicos em busca de dignidade. No caso do povo Iny, apesar de o território ter sido homologado desde 2006, continuamos a luta contra os invasores, contra o desmatamento produzido pelo agronegócio, contra os incêndios e contra o turismo predatório na região do Vale do Araguaia.

É importante ressaltar que essa luta é gerada pela constante violência contra os povos indígenas no Brasil que existe desde 1500 e que se aprofundou nos últimos anos, especialmente com o sucateamento e militarização de órgãos governamentais que deveriam zelar pelo território e pelo bem estar dos povos indígenas. Essa situação fica evidente nos últimos dados sobre violência contra os povos indígenas produzidos pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI):

A atuação desses órgãos em processos judiciais e administrativos foi quase sempre contrária aos direitos dos povos originários e favorável, especialmente, aos interesses econômicos do agronegócio e da mineração. Em 2022, essa postura se refletiu no alto número de casos registrados nas categorias conflitos por direitos territoriais, com 158 registros, e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio, com 309 casos que atingiram pelo menos 218 terras indígenas em 25 estados do país. (CIMI, 2022, *online*).

Segundo o último relatório do CIMI, as “Violências contra o Patrimônio” dos povos

indígenas são divididas em três categorias: omissão e morosidade na regularização de terras, na qual foram registrados 867 casos; conflitos relativos a direitos territoriais, com 158 registros; e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, categoria que teve o sétimo aumento sucessivo no número de casos, com 309 registros. Somados, estes registros totalizam 1.334 casos de violência contra o patrimônio dos povos indígenas em 2022.

O segundo capítulo do relatório reúne os casos de “Violência contra a Pessoa”. Nesta seção, foram registrados os seguintes dados: abuso de poder (29); ameaça de morte (27); ameaças várias (60); assassinatos (180); homicídio culposo (17); lesões corporais dolosas (17); racismo e discriminação étnico-cultural (38); tentativa de assassinato (28); e violência sexual (20). Os registros totalizam 416 casos de violência contra pessoas indígenas em 2022. Os quatro anos sob o governo de Jair Bolsonaro apresentaram uma média de 373,8 casos de Violência contra a Pessoa por ano – nos quatro anos anteriores, sob os governos de Michel Temer e Dilma Rousseff, a média foi de 242,5 casos anuais. Entre 2019 e 2022, os estados que registraram o maior número de assassinatos de indígenas foram Roraima (41), Mato Grosso do Sul (38) e Amazonas (30). Esses três estados concentraram quase dois terços (65%) dos 795 homicídios de indígenas registrados nesse período.

Ainda de acordo com os dados do CIMI, em 2022 foram relatados 20 casos de violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres indígenas. Os relatos causam espanto e indignação não apenas pela crueldade dos casos, mas também pela característica das vítimas: dos 20 casos registrados, 18 foram cometidos contra crianças e adolescentes, quase todas com idades entre 5 e 14 anos. Em um dos casos descritos, uma adolescente relata ser estuprada desde os 6 anos. Uma das vítimas, no entanto, era uma bebê de apenas 1 ano e 11 meses de idade. Os registros foram feitos nos estados de Alagoas (1 caso), Amazonas (2), Maranhão (2), Mato Grosso do Sul (8), Roraima (3), Santa Catarina (1) e São Paulo (3). Os números indicam a quantidade de casos registrados, mas além da evidente subnotificação, há casos em que os relatos abarcam uma grande quantidade de vítimas, como é o caso da desesperadora realidade vivenciada na TI Yanomami, em Roraima e Amazonas. Os relatos das comunidades são impactantes, e as violações e violências permaneceram ocorrendo de forma intensa ao longo do ano de 2022, sem solução pelo poder público, “sendo impossível quantificar o número real de vítimas [...] as meninas e mulheres indígenas continuaram sofrendo violências sexuais praticadas pelos garimpeiros invasores do território indígena.” (CIMI, 2022, p. 201).

Os registros feitos pelo CIMI trazem um sentimento de indignação permanente, como

se as vidas de indígenas não valessem nada. Passam-se as décadas e as violências contra os povos indígenas continuam se intensificando e acontecendo com frequência assombrosa. Os dados desse relatório dizem respeito a casos de violência envolvendo não indígenas contra indígenas. Dados sobre a violência dentro das aldeias são mais sensíveis e difíceis de serem conseguidos. Além do mais, esse tipo de informação deve ser analisado com cuidado, pois nas mãos erradas pode gerar ainda mais problemas, considerando que muitos não indígenas desconhecem, por ignorância ou discriminação, os efeitos da violência estrutural ou sistêmica derivada da colonização e minimizam esse histórico para culpabilizar a comunidade como um todo e não apenas os infratores, incorrendo em generalizações preconceituosas sobre todos os indígenas.

A colonização trouxe consigo processos de desvalorização cultural, despojamento de territórios ancestrais, imposição de línguas e costumes estrangeiros, além de violência e marginalização. Essas experiências traumáticas têm consequências diretas na identidade e na saúde mental dos povos indígenas, resultando em perda de autoestima, falta de sentido de pertencimento e dificuldades em manter conexões com suas tradições e modos de vida. (XERENTE e MARCOLAN, 2023, p. 51).

Para o psicólogo social salvadorenho Martín-Baró, a violência enquanto uma dinâmica estrutural é inerente ao sistema capitalista, pois ele se baseia na desigualdade entre as classes sociais. É o monopólio da violência legítima pelo Estado Nacional que pode, muitas vezes, nos impedir de perceber que a violência estrutural está em todas as instâncias e instituições nacionais. Oliveira (2018) nos apresenta uma leitura desse autor e destaca uma de suas mais importantes reflexões sobre a violência, distinguindo-a de agressão: “a violência não se resume apenas aos atos com intencionalidade de causar um dano no outro [a agressão], mas se espalha para uma situação de opressão estabelecida em que os atores podem ser diluídos em dispositivos impessoais e cristalizados em comportamentos naturalizados”. (OLIVEIRA, 2018, p.43). Ainda que Martín-Baró não estivesse falando diretamente da violência contra os povos indígenas, por ter concentrado suas análises psicossociais na história da América Latina, esse autor conhecia bem as dinâmicas da violência como processo constitucional do colonialismo europeu e suas consequências para as populações latinoamericanas.

A violência estrutural a que os povos indígenas estão submetidos não é a única explicação para a ocorrência de violência dentro das aldeias, mas deve sempre ser levada em consideração, especialmente quando falamos de violência doméstica. No próximo capítulo, vamos trazer dados da pesquisa de campo ao apresentar as histórias e vivências de mulheres Iny em contextos de violência dentro das aldeias e alguns dos impactos da violência em suas vidas.

4 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES INY: VIVÊNCIAS E REFLEXÕES

Sabemos que toda pesquisa, envolvendo ou não o contato direto com as pessoas, pode sofrer alterações e mudanças em sua metodologia prevista por fatores externos e pessoais da pesquisadora ou pesquisador. A realização da pesquisa que deu origem a essa monografia e, em especial, ao presente capítulo, não foi diferente. Além de alguns entraves burocráticos citados na introdução, outras circunstâncias que foram vivenciadas na aldeia alteraram parte dos objetivos iniciais.

Em meados de outubro, assim que cheguei à aldeia Santa Isabel, nas primeiras horas da manhã, tivemos notícias sobre o desaparecimento de um jovem rapaz membro da comunidade. Como a comunidade vive em união, depois dessa notícia foi preciso parar todas as atividades que estavam marcadas. Então, não apenas a roda de conversa, como a formatura da creche e as aulas não poderiam acontecer e profissionais da área da educação e da saúde deveriam ir para casa e não abrir as escolas e o Pólo Base. Naquele momento, achei que a roda de conversa seria cancelada de imediato, o que de fato ocorreu. Fui orientada de que não poderia realizar a atividade na escola, que estava fechada e não poderia ser aberta, pois isso seria considerado falta de respeito com os familiares do jovem rapaz, mas que poderia realizar a roda na casa da secretária da escola.

Fui até a casa da secretária da escola e ela autorizou nossa ação lá mesmo. As mulheres foram informadas via *Whatsapp* de que o local da roda de conversa tinha mudado. Rapidamente, organizei as cadeiras, o lanche e fiquei esperando as participantes. Quando as dez primeiras mulheres chegaram, expliquei o motivo de ter mudado o local e me desculpei pelo atraso de uma hora devido aos imprevistos. A roda foi realizada e todas participaram manifestando suas opiniões e frustrações com os acontecimentos dentro da aldeia, conforme veremos a seguir. No meio da roda de conversa, recebemos a notícia de que tinham achado o rapaz e que ele veio a falecer. Pouco depois, um helicóptero chegou na aldeia e também um carro com o corpo do rapaz. Devido a essa movimentação e em respeito a morte confirmada, encerramos a roda com uma hora de duração.

Antes da roda de conversa e da notícia do falecimento do jovem, nove mulheres haviam manifestado a vontade de conversar individualmente. Mas diante desses acontecimentos e percebendo a dificuldade de tratar de um assunto delicado sobre o qual elas queriam compartilhar, percebi que o com receio tinha relação com o fato de que dentro da comunidade não há espaço privado para uma conversa dessa natureza nem em suas casas.

Anteriormente, eu havia reservado uma sala na escola, mas devido a morte do rapaz eu não poderia usá-la até o fim do luto que só seria depois de sete dias. Considerando que para realizar a pesquisa precisei me deslocar até o Mato Grosso e teria que voltar pra Miracema em breve, pois estava em aulas e atividades de estágio durante o semestre, tentei improvisar novamente, separando um espaço longe da casa de uma das mulheres, o que não se revelou uma boa opção, pois ali muitas pessoas ficam rodeando e chamando por elas o tempo todo. Além disso, os próprios autores de violência, companheiros e ex-companheiros, passavam pelo local questionando sobre o que estávamos falando. Logo percebi que poderia prejudicar as mulheres e a mim mesma, devido à delicadeza e dificuldade em lidar com esse tema na aldeia, e optei por não dar continuidade a essas conversas naquela ocasião.

4.1 A roda de conversa

Conforme dito acima, a roda de conversa já havia sido pactuada com a coordenação local do DSEI e com as lideranças da aldeia desde julho e foi realizada em 18 de outubro. Há muito tempo, as mulheres vêm manifestando interesse e urgência em conversar sobre as questões de violência que acontecem na aldeia, tanto que essa demanda acabou por se transformar já mencionado Coletivo de mulheres Iny Mahadu - Asiva, que se encontra presencialmente, mas que tem bastante atividade pela rede social *Whatsapp* em que algumas mulheres contam suas histórias e compartilham notícias sobre casos de violência na aldeia e também casos de outras aldeias e de outros povos.

As perguntas disparadoras da roda de conversa foram:

1. O que vocês acham que produz a violência no contexto da aldeia?
2. Como você se sente em meio aos casos de violência dentro das aldeias?
3. Quais são, na sua compreensão, as consequências da violência doméstica para vítimas e agressores?

O ponto chave da roda de conversa foi de que as mulheres concordaram que a violência doméstica não é considerada algo cultural, porém muitos dos homens usam disso para tentar justificar com o argumento de que não são agressões, são regras culturais, e usam esse argumento principalmente em reuniões com os órgãos públicos que são realizados na cidade contra a violência dentro dos territórios indígenas. Nessas situações, muitos homens acabam pegando o lugar de fala das mulheres Iny, enquanto dentro da aldeia eles se sentem no direito de fazer o que quiserem com elas, a partir do momento que entram em união estável. De acordo com as participantes, a maioria das violências são cometidas por ciúmes ou quando

a mulher se nega a ter relações sexuais com o parceiro.

A esse momento de indignação das mulheres, passamos a conversar sobre a Lei Maria da Penha, que ao contrário do que muitas pessoas não indígenas pensam, é conhecida pelas mulheres Iny. A principal queixa das mulheres nessa e em outras ocasiões que já presenciei como uma mulher indígena, é de elas se sentem desamparadas por essa lei. As participantes se referem à realidade em que estão inseridas, a realidade que trouxeram por meio de suas falas e foi possível observar a angústia pela falta de intervenção das autoridades nesses contextos. De acordo com os relatos, já houve feminicídios envolvendo gestantes e agressões graves que envolviam todos os tipos de violências contra a mulher e em nenhum desses casos houve intervenção da Polícia Militar. A polícia, porém, só pode intervir com autorização do cacique, porém ninguém faz denúncia contra essas violências e assassinatos e esses casos ficam ali, abafados e esquecidos.

E por que as mulheres não denunciam? De acordo com a fala de algumas mulheres, elas sentem vergonha e medo de fazer denúncias, algumas escondem as violências por optar em continuar na relação, outras por medo da família do agressor, porque na maioria das vezes a família do autor de violência intimida qualquer pessoa que pense em fazer a denúncia ou o próprio autor de violência começa a fazer ameaças.

Durante a roda de conversa, perguntei se elas conhecem alguma mulher que já havia feito a denúncia por conta das ameaças e agressões físicas ou qualquer conduta que violou seus direitos básicos. Elas disseram que sim, que algumas mulheres já tiveram a coragem de realizar a denúncia, mas pela demora da resposta das autoridades e por ser bastante burocrático muitas delas retiravam suas queixas por achar que não daria em nada. As denúncias foram feitas na cidade de São Félix do Mato Grosso por ser uma cidade vizinha, porém tais ocorrências foram logo transferidas para a Lagoa da Confusão, no Tocantins, o município que atende as demandas da Aldeia Santa Isabel do Morro Tocantins, mas que é mais distante da aldeia.

Sabemos que, muitas vezes, a LMP não consegue garantir as demandas de mulheres não indígenas em contexto de violência que moram no setor urbano, mesmo que em algumas cidades haja uma estrutura mais estabelecida, como delegacias mais preparadas para receber esses casos. As dificuldades para mulheres indígenas aldeadas são imensas: essas mulheres que moram na Ilha do Bananal, onde não há transportes coletivos e para atravessar o rio é preciso pagar sessenta reais e onde poucas pessoas da aldeia têm carros e motos. É importante destacar que nessas situações de violência, ninguém oferece ajuda para essas vítimas, com medo de sofrer as consequências.

Outro ponto que foi relatado foi como é importante ter um espaço de escuta e acolhimento para mulheres, pois muitas mulheres escondem as violências que sofrem por medo e por não terem com quem contar. Ainda que com as limitações de uma roda de conversa que foi atravessada pelos acontecimentos recentes da aldeia, todas sentimos que nossa breve conversa foi um espaço importante. Ao mesmo tempo, ouvir todas essas falas e histórias mexeu profundamente comigo, ao mesmo tempo me senti agradecida pelos potenciais da minha futura profissão e por ter trilhado o meu caminho na Psicologia. Algo que foi difícil naquele momento foi não saber como ajudá-las naquele contexto, mas sei que o apoio coletivo, mesmo que breve, foi o começo de um movimento de aproximação a essas mulheres que desejo construir no futuro.

Porém, esse caminho não será fácil, pois na aldeia ainda há muitas barreiras que precisam ser rompidas sobre a questão da violência contra a mulher, em especial na aldeia Santa Isabel do Morro. Há entre as mulheres um sentimento de que não há nada a se fazer nesses casos, mesmo quando elas medidas protetivas isso não se converte em uma atenção especializada das autoridades não indígenas e elas se sentem esquecidas pela lei do branco. A única solução que elas enxergam para não sofrer as violências é se separando dos companheiros, mas então isso vai se tornando um ciclo de violências, o autor de violência fica impune e acabam repetindo com outras mulheres. Dentro ou fora da relação, os impactos gerados por essas violências são inúmeros. É importante dizer que a tentativa de descrever alguns deles não esgota a complexidade do tema.

4.2 Impactos psicológicos da violência sobre mulheres Iny e o consumo de bebidas alcóolicas

Os sintomas psicológicos frequentemente encontrados em vítimas de violência doméstica são: insônia, pesadelos, falta de concentração, irritabilidade, falta de apetite, e até o aparecimento de sérios problemas mentais como a depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, além de comportamentos auto-destrutivos, como o uso de álcool e drogas, ou mesmo tentativas de suicídio (MILLER, 1999 p. 6)

As mulheres vítimas de violência com as quais tive contato na roda de conversa e em minha vivência como mulher indígena, contam que continuam com seus parceiros e que quando as violências ocorrem elas se sentem desvalorizadas, o que acaba causando a baixa autoestima. Na maioria das vezes, elas se sentem culpadas e ficam se perguntando o que fizeram de errado para que seus companheiros agissem da forma que agem. Algumas dessas mulheres acabam se isolando socialmente por causa dos ciúmes excessivos de seus parceiros.

Algumas vítimas disseram que sentiam medo antes de colocar um basta na relação, e as que já haviam se separado contaram que antes disso sentiam muita ansiedade causando sono ou insônia, aumento ou até mesmo a perda de apetite.

Todas concordaram entre si que se sentem totalmente sozinhas sem o amparo da lei e sem amparo de pessoas próximas, pois quando buscam por ajuda de seus familiares eles dizem que não há nada que possa ser feito, falam que essas situações são “difíceis” e “complicadas” e a maioria delas são dependentes financeiramente do companheiro. Quando há filhos a separação se torna mais difícil, por isso mantém o relacionamento apesar das diversas violências.

Em meio a tantas violências, as mulheres também relataram acerca das expectativas que têm sobre seus filhos, pois querem que eles busquem pelo conhecimento do homem branco para que tenham um sucesso financeiro e que não acabem seguindo o caminho dos pais, muitos deles tendo se tornado dependentes químicos e agressores. Pude perceber que na visão de algumas mulheres, a saúde e o bem estar de seus filhos amenizam as violências sofridas, já outras se cansam e procuram a independência financeira com vendas de artesanatos, morando de favor na casa de parentes e muitas vezes passando por necessidades. Essas dificuldades podem levar algumas das mulheres a retornar para a relação com o autor de violência. Outro relato impactante é o de que, em meio às dificuldades conjugais, as mulheres também passam a consumir bebidas alcoólicas junto com os maridos, o que acaba agravando mais as violências por excesso de ciúme. Em casos alarmantes que já foram registrados entre o povo Iny, um dos dois acabam cometendo suicídio.

Muitas vezes, as violências domésticas contra as mulheres Iny são cometidas com mulheres que não têm apoio familiar. Devido a falta dessa rede de cuidado e diante da fragilidade econômica dessas mulheres, algumas também passam ao consumo excessivo do álcool, um dos grandes problemas que o branco instituiu na vida dos povos indígenas, o que acaba agravando as violências. Na realidade das mulheres Iny, as violências ocorrem tanto com mulheres casadas, quanto com mulheres solteiras que gostam de frequentar festas e beber, com a justificativa machista de que “a mulher exagerou na bebida e pediu por isso”. Muitas dessas mulheres sequer bebem tanto como alguns afirmam, mas só o fato dela estar consumindo bebida alcoólica a torna uma pessoa sem moral dentro da comunidade, o que não acontece com os homens. Algumas das histórias que envolvem esses casos são extremamente dolorosas e violentas e para proteger a mim e às mulheres Iny, não serão relatadas aqui. As consequências extremas que o consumo abusivo do álcool traz para os povos indígenas já foram relatadas em muitos trabalhos (KARAJÁ, 2021). Sabemos que

Todo cenário de violência contra a mulher karajá e o uso abusivo do álcool como agente potencializador dessa violência é uma consequência das modalidades de contato com interétnico impostas pela sociedade envolvente, cada vez mais as aldeias são penetradas por elementos externos, nos caos específico dos homens karajá agirem com violência contra as mulheres, pro que tudo indica, essa prática é uma incorporação de um padrão que parece ser regional. (TORRES, 2011, p. 161).

Ainda Segundo Torres (2011), ao longo da história, os Karajá viveram momentos de desafios e readaptações diante do novo e atualmente passam por profundas transformações e conflitos que afetam a estrutura social do povo. A pressão sobre os homens por parte do mundo exterior leva a uma ruptura muito grande em suas posições sociais e causa desestabilidade sociocultural e emocional. Isso dá lugar ao consumo de bebidas alcoólicas e de drogas diversas, uma consequência gerada a partir da situação de maior fragilidade que ora se encontram, marcada pela desvalorização de seu papel masculino tradicional. O alcoolismo e outras drogas em terra indígena são determinantes para o aumento da violência em aldeias indígenas, praticadas por não indígenas e por homens indígenas contra suas mulheres, filhos, pais e entre parentes da própria comunidade.

A violência contra a mulher karajá, tanto a praticada pelos próprios indígenas nas aldeias, quanto aquela feita por homens não-indígenas nas cidades, parece ter se tornado uma prática “naturalizada”, ou seja: é de conhecimento das pessoas e instituições que prestam trabalhos nas aldeias, mas sem que haja mudanças na forma com que a atenção a essas mulheres é conduzida. A sensação que se tem é de total impunidade e tanto indígenas como não indígenas compartilham a visão de que as mulheres karajá que estão no lugar errado e que os violadores não cometeram nenhum crime.

Considerando esses aspectos mencionados, podemos compreender que existe a dinâmica cultural, pode-se manter a cultura porém pode acrescentar mudanças que têm hoje na atualidade, principalmente na parte em que os rituais desrespeitam os direitos das mulheres, tornando elas como pessoas inferiores que os homens e muitas vezes a partir dos mitos e rituais as violências são justificadas, mas não é justo com as mulheres por isso é importante manter a Lei Maria da penha dentro do contexto indígena já que a Lei é universal, têm como aplicar sem que haja a extinção da cultura.

A partir dos aspectos mencionados podemos distinguir que a violência doméstica é vista como um problema social e cultural, porém percebe-se uma tendência da importância da violência doméstica enquanto problema de saúde pública. Pelas falas das mulheres indígenas há uma decisão de romper com o ciclo de violência que envolve um processo de enfrentamento que vai além dos recursos individuais mobilizados pelas próprias vítimas, na maioria dos casos existe a procura pelo apoio nas instituições de saúde e instituições judiciais.

4.3 A carta de reivindicação

Pouco antes do grupo da roda de conversa começar, as mulheres estavam comentando sobre a reunião que estava sendo realizada em São Félix do Araguaia e que logo após a atividade, soube que algumas delas iriam atravessar o rio para participar dessa reunião. Elas pediram para que eu participasse também e levasse o que foi falado durante a roda para a reunião, para que eu falasse por elas "na frente" de todas as pessoas sobre as violências que as mulheres têm sofrido. A reunião havia sido convocada pelo Ministério Público estadual e a pauta tratava justamente das violências dentro dos territórios indígenas. Como os acontecimentos na aldeia haviam impactado o trabalho de campo, decidi ir com as mulheres para a reunião em São Félix.

Essas reuniões vêm acontecendo há algum tempo, a primeira delas aconteceu no mês de maio de 2023, na qual a Eliana Karajá, presidente da Associação de Mulheres Iny Mahadu convidou todas as mulheres para falar sobre a realidade em relação às violências que sofrem. Depois do levantamento das demandas e pedido de socorro das mulheres, um documento foi levado para o Procurador do Ministério Público, Dr. Álvaro Manzano. No mês de junho, foi realizada outra reunião em Palmas com a mesma pauta. E nessa terceira reunião, além de serem discutidos o problema em questão, estava sendo criado um Núcleo de Prevenção a Violência Contra os Povos Indígenas, dando um suporte para os indígenas em geral e focando nas mulheres. O principal ponto era garantir que as vítimas de violência que chegassem em São Félix tivessem uma equipe para atendê-las de acordo com sua realidade e suas necessidades, já que a lei do branco não estava atendendo as demandas dessas mulheres indígenas. Esse núcleo tem como objetivo atender as pessoas indígenas de acordo com sua realidade em território em que vivem sem ferir seus modos e costumes. Na reunião de outubro, as mulheres se juntaram e levaram uma Carta de Reivindicação para a reunião para entregarem ao para o Procurador do Ministério Público, Dr. Álvaro Manzano e foram recolhendo as assinaturas de todas que estiveram presentes na ocasião. Transcrevo a carta abaixo, a qual também subscrevo:

Aldeia Santa Isabel do Morro, 18 de outubro de 2023.

Ao Excelentíssimo senhor

Dr. Álvaro Manzano

Procurador Geral da República

Palmas, Tocantins - TO

Assunto: Carta de

reivindicações Senhor

procurador,

Nós mulheres Iny Mahadu (Karajá), viemos através desta cumprimentá-lo, também aproveitando

para compartilhar o nosso sofrimento, dor, perdas de nossas irmãs nas mãos dos agressores, seja físico, moral e psicológico. Quem mais sofre são justamente as mulheres que não conseguem denunciar devido a opressão que sofremos e por carregar a dor no íntimo sem ter com quem contar no sentido de apoio e ajuda.

Por isso nós que temos um pouco mais de conhecimento e coragem até, gritamos, lamentamos por quem tem sofrido as mazelas do preconceito e discriminação contra nós mulheres em geral, pois infelizmente chegou até aqui nas comunidades indígenas o que acontece na sociedade não indígena. Há mais de 10 anos que estamos gritando para as autoridades e até o momento, sem retorno efetivo e continuamos convivendo com atos criminosos e covardes por parte de quem deveriam ser nossos protetores, dentro das nossas comunidades.

Já não estamos mais aguentando e queremos uma solução, pois temos mulheres com depressão profunda, sem se alimentar, sem paz no seu dia-a-dia. Queremos um amparo legal, a salvaguarda dos nossos direitos como cidadãs brasileiras, ou esperam que nós saíamos pelo mundo a fora do Brasil, para reivindicar nossos direitos e gritar por socorro?

Contamos com vosso apoio e agradecemos pelo esforço e presença de todos que vieram somar com nós estendendo a mão, desejamos que a solução venha o quanto antes, pois vidas tem se perdido nesse processo de degradação imagem e pessoa da mulheres Iny.

Atenciosamente,

Hawyky Iny Mahadu:

Aldeia Santa Isabel do Morro, Aldeia Fontoura, Aldeia Kaxiwe, Aldeia Kuriawa, Aldeia Nova Tytema, Aldeia JK, Aldeia Wrebia, Aldeia Wataú, Aldeia Kuriala, Aldeia Kutaria-M, Aldeia Werreria⁴.

⁴ As aldeias mencionadas na carta de reivindicação feita pelas mulheres são todas dentro da Ilha do Bananal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da Psicologia junto aos povos indígenas ainda é recente, mas é necessário superar a tradição etnocêntrica que fundamenta a Psicologia e construir para uma nova Psicologia que atenda às demandas urgentes dessa população. O trabalho do psicólogo e da psicóloga, nesse contexto, requer um compromisso ético e político com as lutas históricas dos povos indígenas, incluindo a não reiteração de relações de poder, a produção de conhecimento comprometido socialmente, a promoção de discussões sobre políticas públicas e a defesa dos direitos indígenas, contribuindo para a autodeterminação de todos os povos. Para isso, é preciso despojar a psicologia de seu viés colonial. (XERENTE e MARCOLAN, 2023, p. 13).

Se passaram muitos anos desde a colonização e ainda hoje, dentro dos nossos territórios, existem muitas violências, invasões dos não indígenas como os garimpeiros, fazendeiros e brancos que procuram se beneficiar de algum modo, pois são construídos pela ganância. Apesar de toda a dificuldade, o último pleito eleitoral me trouxe esperança nas conquistas dos nossos direitos, porque tivemos cinco indígenas eleitos na câmara dos deputados sendo elas três mulheres indígenas a Sônia Guajajara, Célia Xakriabá e Silvia Waiãpi. Teremos mulheres indígenas à frente para lutar pela igualdade social.

As mulheres indígenas têm reivindicado cada vez mais seus direitos e ocupando diferentes espaços de relevância social e política no cenário nacional. O apoio das instituições governamentais e não-governamentais são de fundamental importância para o avanço da luta e garantia da efetivação dos seus direitos. Nesse sentido, o apoio tem produzido um amadurecimento da consciência política, onde percebem a necessidade urgente de se organizar para que a luta pelos direitos se traduza em conquista efetiva. Essas formas de intervenções dos grupos sociais organizados apresentam resultados efetivos, melhorando a qualidade de vida comunitária. (VERDUM, 2008, p. 48)

Os movimentos de mulheres indígenas no Brasil tem tido vários avanços positivos, tem conquistado maior autonomia, atuando com maior protagonismo em suas lutas. Em geral cada etnia faz uma associação e lutam pelo direito de todas as mulheres indígenas, por isso é possível compreender a importância das manifestações feitas nos Acampamentos Terra Livre de Brasília e em outros contextos, pois com essas manifestações estão deixando de existir a visão de que a mulher é um objeto sem valor, ao ponto de sempre ter justificativa para serem agredidas, espancadas e tendo suas escolhas limitadas. Diante dos movimentos de mulheres indígenas que têm ocorrido no Brasil todo, surge um suspiro de alívio ao provar que as mulheres são mais do que é imposto dentro da sociedade, não é sobre servir ao homem é sobre andar lado a lado e viver uma vida melhor juntos. Falar sobre e entender as dinâmicas da violência contra as mulheres indígenas é crucial para que isso seja possível.

Ao começar o projeto de pesquisa, eu estava bastante decidida em abordar um tema muito delicado para mim e para muitas mulheres. Enquanto eu escrevia alguns relatos eu

começava a chorar, despertando alguns gatilhos e lembranças que eu havia deixado no passado. Mesmo assim pensei que o projeto de pesquisa sobre esse tema poderia ajudar de alguma forma. Portanto, por mais que estivesse sendo doloroso, encontrei forças dentro de mim pra levar a escrita para frente, e agradeço minha orientadora por despertar essa força que sempre se manteve paciente e acolhedora, então conseguir finalizar o projeto de pesquisa, mas tive receio de como conduziria a pesquisa, pois seria uma pesquisa de campo na aldeia Iny na qual há mais indícios de violências desde muitos anos.

Assim que dei início na pesquisa de campo, tive vários desafios, tanto fisiológicos como psicológicos, pois antes da viagem acabei descobrindo que estava gestante e naquele momento eu estava me sentindo mal fisicamente devido a tantos enjoos, insônia e indisposição. Passaram tantas coisas na minha mente que eu estava me sentindo totalmente frágil emocionalmente, fiquei me perguntando de onde eu iria tirar forças para a roda de conversa com as vítimas de violência, pois eu estava tão emotiva. Decidi, porém, prosseguir com a pesquisa de campo e fui até a aldeia, fiquei três dias. Durante a roda e os dias que estive na aldeia fui muito bem acolhida, principalmente quando souberem que eu iria ser mãe pela primeira vez. As mulheres que estavam na roda eram todas mães e durante a roda de conversa o ambiente se tornou rapidamente um espaço de escuta e troca de saberes sobre o tema e sobre como ser mulher e mãe.

Com o fim do período na aldeia, pude voltar para Miracema, e na hora de escrever o diário de campo, fiquei pensando no quanto essas mulheres confiaram em mim, nessa hora comecei a me questionar se eu havia dado a elas o acolhimento de que elas precisavam através da escuta, comecei a sentir um sentimento de impotência de como eu estaria colaborando para melhorias de atendimento para essas mulheres. Comecei a me questionar se seria uma boa ideia escrever sobre tudo que elas compartilharam comigo, comecei a refletir de que esse trabalho não era para mim, tive pesadelos com tudo que elas havia compartilhado comigo, violências contra mulheres gestantes que vieram a óbito devido às agressões, estupro coletivos, entre outras coisas. Perdi a vontade de escrever e dar continuidade na pesquisa, tive vários questionamentos e sentimento de não está contribuindo da forma que eu esperava: chegar ali tocar na ferida e depois ir embora? Fiquei triste por não contribuir na construção dos direitos que elas tanto almejam, mas também pude compreender que algumas coisas estavam fora do meu alcance, infelizmente.

O sentimento de impotência foi tomando conta de mim. Toda vez que eu tentava escrever estava cansada e esgotada, estava trabalhando com isso no Trabalho de Conclusão do Curso e no meu estágio da faculdade, estava tentando conciliar de como escutar sobre tantas

violência e não me deixar abalada e de que forma eu poderia ajudar cada uma delas somente com a escuta. Além das mulheres vítimas de violência, no estágio tive que participar e conduzir rodas de conversa com autores de violências e durante esse período fiquei refletindo sobre como é difícil se manter aberta e sem julgamentos como minha futura profissão espera que eu faça. Ao me sentir cansada e incapaz de concluir o texto que agora apresento, pois minha cabeça estava a mil trabalhando com essas duas demandas, procurei ajuda de profissionais para poder continuar o processo e torná-lo menos doloroso e fui tentando sair do bloqueio.

Minha própria busca por ajuda profissional me fez pensar nas mulheres com as quais conversei na aldeia. Dificilmente essas mulheres procuram por atendimento psicológico, seja por desconhecimento, seja por dificuldade em encontrar esses profissionais. Algumas mulheres Iny relataram que há várias barreiras para poder procurar profissionais desta área, pois cada indivíduo de vários territórios compreende a própria ideia de apoio psicológico ou de saúde mental de maneira diferente e para muitas delas não faz sentido o seu uso, uma vez que o termo “mente” é da sociedade ocidental moderna. Uma das questões que ficou a ser respondida e que vale a pena ser pesquisada em um trabalho no futuro é se faz sentido falar de saúde mental na perspectiva dessas mulheres. Após a roda de conversa, percebi que se é possível falar disso como conceito, ele seria tão complexo que precisaria englobar o acesso à justiça, o respeito dos maridos, o apoio familiar, não serem julgadas por atitudes que os homens consideram desmoralizantes, o amparo dos órgãos competentes e a luta contra a violência estrutural contra os povos indígenas.

No âmbito da saúde indígena no Brasil, o termo saúde mental tem sido bastante debatido, nesses casos, não há ainda um consenso sobre os termos a serem utilizados. De maneira geral, compreende-se que a saúde mental e psicossocial ou "bem viver" se referem a algo mais do que simplesmente a ausência de sofrimento ou doença, mas sim ao bem-estar ou bem viver individual, familiar e social/comunitário.

Sendo assim, para que a psicologia possa colaborar com a minimização dos sofrimentos manifestados é preciso intervir com ações que devem reconhecer e valorizar as perspectivas indígenas sobre os modos de adoecer, sofrer, curar, assim como as práticas indígenas de promover e restabelecer a saúde, as ações desenvolvidas pelas equipes de saúde devem atuar evitando transformar as concepções indígenas sobre seus problemas e possibilidades de soluções, elas devem reconhecer e valorizar os modelos explicativos indígenas sobre aquilo que denominam sofrimento, assim como a organização sociocultural própria de cada comunidade. É de extrema importância que os profissionais de saúde tenham

conhecimento de aspectos importantes das culturas com as quais trabalham como, por exemplo, as concepções de saúde e doença, concepções de morte, corporalidade, compreensão sobre ciclos de vida, e outros aspectos que compõem a cosmologia do povo.

Vale ressaltar que o curso de Psicologia do Campus de Miracema está localizado próximo a uma terra indígena, a terra indígena Xerente, e possui grande número de discentes indígenas de variadas etnias, tendo como uma das bases de seu Projeto Político Pedagógico a perspectiva intercultural. Além de meu pertencimento étnico como pesquisadora, essa proximidade territorial justifica a necessidade de pensar práticas psicológicas diante da realidade de povos indígenas que vivem no território brasileiro.

A incorporação de ações de atenção psicossocial nos cuidados primários exige que as equipes estejam sensíveis para a identificação de situações, demandas e possibilidades de atuação que extrapolam a dimensão biológica. Nesse sentido, as ações de cuidado, sejam elas coletivas, familiares e/ou individuais, são voltadas para a construção de espaços de escuta, acolhimento do sofrimento e para a construção compartilhada de soluções para os problemas, portanto atender às necessidades das vítimas diante do impacto da violência é uma forma de contribuir para seu empoderamento, o que favorece a ruptura do ciclo sofrido e o resgate da integridade pessoal, dessa forma articular estratégias que minimizem os conflitos causados pelo evento estressor se torna fundamental para a formação e aperfeiçoamento de novas formas de enfrentamento e acolhimento.

Apesar do tema ser sensível e dos desafios interculturais serem grandes, é importante ter um olhar profissional e na tentativa de garantir o bem estar dos povos indígenas. Ao tratar desse tema, um grande desafio foi encontrar orientações dentro da literatura especializada, ou seja, teorias para seguir, pois as teorias que são ensinadas no decorrer do curso vem de um olhar ocidental e a realidade dentro do território indígena é totalmente diferente do que o não indígena considera “normal”. A teoria que mais chega perto de compreender as vivências dos povos indígenas seria a teoria da representação social, uma das principais vantagens desta teoria é sua capacidade de descrever, mostrar uma realidade, um fenômeno que existe, do qual muitas vezes não nos damos conta, ela atua na questão de tornar familiar aquilo que consideramos não familiar.

A psicologia enquanto campo do conhecimento tem muito a acrescentar na mediação de diálogos e viabilização de momentos construtivos entre as comunidades indígenas construindo de maneira colaborativa, levando em conta as particularidades de cada etnia, buscando evitar a reprodução das imposições históricas oriundas da sociedade dominante. Existem no mundo atualmente centenas de etnias indígenas com históricos mais singulares e continuam a existir e resistir em seus territórios/terras e a desenvolver suas práticas culturais intrinsecamente ligada à

espiritualidade, que para a psicologia são poucas as discussões sobre esse tema, muito por conta da dimensão em que a palavra “espiritualidade” remete, trazendo alusão ao sagrado alma e corpo ligado a noção das matrizes judaico-cristãs. (XERENTE e MARCOLAN, 2023, p. 55).

Espero que esse trabalho tenha tornado visível o quanto as mulheres Iny estão vulneráveis dentro do território em que estão inseridas. Diante disso, eu como mulher indígena e futura profissional de psicologia procurei colaborar na busca de acolhimento dessas mulheres em situação de violência e trazer essa experiência para a academia na forma deste TCC. É de suma importância garantir o bem-estar dessas mulheres, porém dentro das limitações da aldeia, respeitando a cultura Iny e sempre mantendo, em primeiro lugar, a integridade dessas mulheres e a individualidade de cada uma.



Imagens da Aldeia Santa Isabel e de uma mulher Iny ceramista pintando suas peças.



Travessia do Rio Araguaia e registro da Roda de Conversa.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, p. 501-517, 2015.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A pesquisa em psicologia - Análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. In: G. Romanelli & Z.M. Biasoli-Alves (Orgs). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres** / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília : Ministério da Saúde, 2016.
- CARVALHO, L. DE O.; RODRIGUEZ, N. R. B.. Comunicadoras Indígenas e Afrodescendentes Latino-Americanas: Sororidade e Identidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, p. e 59001, 2019.
- CLASTRES, Pierre. Do etnocídio. In: **Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- COELHO, M. do R. BISPO, L. G. S. DIREITOS FUNDAMENTAIS: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER INDÍGENA BRASILEIRA. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 122–136, 2020. DOI: 10.24979/ambiente.v13i2.330. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/330>.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**. Dados de 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/07/relatorioviolencia2022/>
- CURI, Melissa Volpato. O direito consuetudinário dos povos indígenas e o pluralismo jurídico. **Espaço Ameríndio**, v. 6, n. 2, p. 230-230, 2012.
- DAY, V. P., TELLES, L. E. B., ZORATTO, P. H., AZAMBUJA, M. R. F. MACHADO, D. A., SILVEIRA, M. B., DEBIAGGI, M., CARDOSO, R. G., BLANK, P. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **R. Psiquiatra**. RS, v, 25 (suplemento 1) p. 9-21, 2003.
- DUTRA, J. C. DE O.; MAYORGA, C.. Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política 1. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe, p. e221693, 2019.
- GOLDMAN, Márcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, , vol. 10, n.1, 2006.
- KARAJÁ, José Hani **As madeiras e seus usos no universo sócio-cultural do povo Iny**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente. Palmas, TO: UFT, 2015.
- KARAJÁ, Jijuké. Suicídio entre os povos indígenas do Brasil e entre os Iny da Aldeia

Hawaló. **Fragmentum** n. 58, pp. 167-199, 2021.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JÚNIOR, Fernando. A contribuição de Martín Baró para o estudo da violência: uma apresentação. **Pepsic: Revista de Psicologia Política**, São Paulo, v. 14, n. 31, p. 569 -589, set./dez. 2014.

MENEGHEL, S.N, et al. Femicídios em municípios de fronteira no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [periódico na internet] v. 27, n. 2, p. 493-502, (2020/Dez). [Citado em 05/05/2023]. Está disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/femicidios-em-municipios-de-fronteira-no-brasil/17868?id=17868&id=17868>

MILLER, M. S. **Feridas invisíveis: abuso não-físico contra mulheres**. Trad. Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1999.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, v. 37, n. 1, p. 8, 2006.

OLIVEIRA, Dennis de. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Revista Extraprensa**, 11(2), 39-57, 2018.

PRÁ, J. R.. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 169–196, jul. 2014.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. A invasão e a desocupação da Ilha do Bananal. In: **Instituto Socioambiental (ISA)**. Povos Indígenas no Brasil. s/d. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/javae/invasao_e_desocupacao_ilha_bananal.pdf

SANTOS, F. J. K. et al. **Efetividade da Lei Maria da Penha**. JusBrasil. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/efetividade-da-lei-maria-da-penha/1842337467>

TORRES, M. S **Mulher Karajá Desvendando tradições e tecendo a inovações: diálogos sobre as demandas de gênero**, 2011.

VERDUM, Ricardo (org.) **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. Brasília: Inesc, 2008.

XERENTE, Tales Sumekwa Rodrigues. MARCOLAN, Ticiano Pedro. **Relações entre Psicologia e Povos Indígenas: Saberes, políticas públicas e possibilidades de atuação**. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, UFT, Miracema, TO, 2023.

ANEXO

ANEXO I – TERMO DE AUTORIZAÇÃO

ANEXO I – TERMO DE AUTORIZAÇÃO

ALDEIA SANTA ISABEL DO MORRO
ILHA DO BANANAL
LAGOA DA CONFUSÃO - TO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, **Tuilá Silva Karajá**, cacique da aldeia Santa Isabel do Morro, Ilha do Bananal, município de Lagoa da Confusão/TO. **AUTORIZO** a entrada para aldeia Santa Isabel do Morro, acadêmica indígena **Samara Werιά Kuady Luz**, graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT para realizar a pesquisa de campo na aldeia durante o mês de outubro/2023. A pesquisa sobre a violência doméstica contra mulheres indígenas Iny para realizar o trabalho de conclusão do Curso TCC.

Aldeia Santa Isabel do Morro/TO, dia 25 de setembro de 2023.

Tuilá Silva Karajá

Cacique da aldeia Santa Isabel do Morro
Contato WhatsApp: (66) 99248-2431